

**“CAVERNAS DA BABILÔNIA” NARRATIVAS E INTERVENÇÕES: VESTÍGIOS  
FUNERÁRIOS PRÉ-COLONIAIS NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA**

André Vieira Colombo  
Ângelo Alves Corrêa

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



# “CAVERNAS DA BABILÔNIA” NARRATIVAS E INTERVENÇÕES: VESTÍGIOS FUNERÁRIOS PRÉ-COLONIAIS NA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA

André Vieira Colombo<sup>1</sup>

Ângelo Alves Corrêa<sup>2</sup>

**Resumo:** No século XIX foi encontrado um importante sítio arqueológico na Serra da Babilônia, município de Goianá, Minas Gerais, contendo vários corpos mumificados naturalmente e diversos acompanhamentos funerários em uma cavidade rochosa já então denominada “caverna da Babilônia”. Sobre tal achado foram produzidos relatórios de importantes pesquisadores do período, bem como citações durante mais de um século, tendo inclusive passado por intervenções e análises arqueológicas modernas, na década de 1980. Este artigo tem por intuito reunir e tornar públicos alguns documentos sobre este sítio, e assim evidenciar sua importância no atual quadro das pesquisas arqueológicas regionais.

**Palavras chaves:** Mumificação natural, Hartt, Tradição una, História da arqueologia.

**Abstract:** In the nineteenth century an important archaeological site was found in the "Serra da Babilônia", city of Goianá, Minas Gerais, containing many naturally mummified bodies and many burial accompaniments on a rocky cavity since then called "caverna da Babilônia". Reports of important researchers of the period have been produced about this finding, as well as quotes for more than a century, having also the site gone through modern archaeological interventions and analyzes in the 1980s. This article is meant to gather and make public some documents about this site, and thus highlight its importance in the current context of regional archaeological research.

**Keywords:** Natural mummification, Hartt, Una tradition, History of archaeology.

## INTRODUÇÃO

De modo geral podemos dizer que a arqueologia é uma ciência nova, porém mais que centenária, mesmo em terras brasileiras. Temos um sem números de achados arqueológicos relatados desde o período colonial, que se multiplicaram ainda mais a partir do século XIX, período marcado pelo desenvolvimento de novas perspectivas científicas no Brasil. Primeiramente sob o incentivo de D. João VI, diversas expedições fomentadas visaram conhecer melhor o país para desenvolver estratégias para sua exploração (FERREIRA, 2001, 2007; BARRETO, 1999-2000; PROUS, 1992). Posteriormente, D. Pedro II, promove um grande incentivo no campo científico, apoiado em sua amizade com grandes cientistas de renome internacional.

Muitos dos relatos anteriores ao século XX, sobre descobertas de interesse arqueológico, permanecem desconhecidos dos estudantes e pesquisadores e poderiam ser de grande ajuda para elucidar problemas de pesquisas relacionados com coleções depositadas nos museus de todo o país. Com o intuito de ressaltar a importância destes documentos históricos, nos propomos a apresentar um caso em que relatos de vestígios arqueológicos encontrados ainda no século XIX podem contribuir para discussões atuais.

---

<sup>1</sup> Historiador

<sup>2</sup> Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil.

Desta descoberta resultaram diversos relatos, sobressaindo um relatório publicado nos Estados Unidos, em 1875, e que ficou desconhecido dos pesquisadores brasileiros até recentemente.

O caso que apresentamos é referente ao achado de restos humanos mumificados e acompanhamentos funerários em uma fazenda situada atualmente em terras do município de Goianá - Minas Gerais. As terras da Fazenda Fortaleza de Sant’Anna, onde foi feito o achado, se inserem na Microrregião de Juiz de Fora, região marcada por um relevo muito acidentado, de “formas alongadas, tipo cristas e linhas de cumeadas” (RADAM, 1983, p. 19), conhecido como mar-de-morros. Originalmente toda a região tinha por cobertura vegetal a Floresta Estacional semidecidual (Mata Atlântica) que foi sendo substituída ao longo do processo de colonização pelas plantações e pastagens, restando atualmente apenas algumas manchas desta vegetação nos topos dos morros.

A Fazenda Fortaleza de Sant’Anna foi uma importante produtora de café no segundo império, posse de renomada família com grande influência política e pertencente ao círculo de amigos do imperador D. Pedro II. Nesta fazenda se situam formações de *monadnocks de gnaisse*, conhecidos por Pedra da Babilônia, Pedra da Boa Vista e Pedra dos Índios, nesta última temos três cavernas onde em uma delas foi encontrado um “cemitério indígena” com peculiares características. Como resultado desta descoberta tem-se até o momento, três indivíduos mumificados depositados na coleção arqueológica do Museu Nacional, um relatório escrito por Frederick Hartt e publicado em 1875, um estudo interdisciplinar coordenado por Beltrão e Lima na década de 1980, além de várias outras citações.

### A OCUPAÇÃO REGIONAL E OS ANTECEDENTES AO ACHADO

As terras onde se encontra a caverna da Babilônia atualmente se localizam no município de Goianá, que pertencera como distrito de Rio Novo até 1995. Tais terras começaram a ser colonizadas efetivamente no final do século XVIII, aparecendo na documentação sob a denominação de distrito de Santo Antônio do Limoeiro (at. município de Goianá). Os mais antigos documentos que fazem referência a povoação de Rio Novo são cartas de sesmarias e documentos da “Companhia de Ordenança do Districto de Rio Novo” datados dos últimos anos do século XVIII. A sesmaria mais antiga que se tem conhecimento na localidade onde surgiu o município foi concedida ao Sargento-mor Pedro Luis Pacheco da Cunha, em 1782 e situada na “Paragem do Rio Pinho” (mais tarde distrito e município de Piau) no sertão do Rio Novo. Seguindo a esta, várias outras sesmarias foram concedidas nas proximidades, nessa época já se faz referências à “Parada do Rio Novo”.

A criação da “Companhia de Ordenança do Districto de Rio Novo” em 1799 aconteceu em momento tardio no contexto da organização militar da colônia. A região era desconhecida pelo governo, no entanto era bastante usada por contrabandistas e mascates em uma rota de extravios e comércio ilegal que

ligava Rio Pombo, Rio Novo e Mar de Espanha, e se tornou conhecida como “Caminho de Dentro”. A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Sertão do Rio Novo, Freguesia de Guarapiranga foi provisionada eclesiasticamente para funcionamento em 1800. Na primeira década do século XIX chegaram à região dezenas de posseiros para ocupar terras concedidas neste período.

No momento da colonização era densa a ocupação por grupos indígenas, como é comprovado pelos relatos etnohistóricos, a chegada dos colonos encadeou conflitos entre posseiros e índios na região de Rio Novo (CAMBRAIA, 1988). Esses conflitos foram decorrentes da ausência de controle e da falta de averiguação se as terras dadas à distribuição de sesmarias eram mesmo terras devolutas. Isto aparentemente foi muito comum, como podemos perceber em Rio Novo, onde terras concedidas aos índios foram invadidas e se tornaram objeto de conflito entre estes e os posseiros (CAMBRAIA, 1988). Com a chegada, à região central de Minas, das notícias sobre a descoberta de jazidas de ouro ao longo do rio Novo ocorreu grande fluxo de pessoas para a região. No entanto, foi a atividade agrária que deu sustentabilidade aos pioneiros que logo construíram grandes fazendas nas margens do rio Novo.

No final do século XVIII, as primeiras mudas de café foram plantadas nos arredores do Rio de Janeiro, e como o fluxo de pessoas entre o Rio e a região da mata mineira era intenso para o período, logo as primeiras mudas da rubiácea também foram fixadas em solos mineiros. Mercadante (1973, p. 77) aponta para o relato de John Mawe, que ao passar pela região da Zona da Mata entre 1809 e 1810, já fala de cafezais velhos. Mas o cultivo de café só ganha vulto após os anos trinta do século XIX, quando as exportações se tornam promissoras.

O café é responsabilizado pelo aumento populacional na região, dados apontam para uma população de 20 mil habitantes em 1822, com aumento significativo até 1890 chegando a 548 mil (GIOVANINI e MATOS, 2004, p. 6). É nesse contexto que o ocorre a ocupação da área geográfica da Serra da Babilônia.

Uma das mais antigas referências específicas sobre a localidade onde se implantou a Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna é a Carta de Sesmaria passada em favor do Alferes José Pereira de Souza em 1811. No documento, já encontramos a denominação da “Pedra da Babilônia”, como se vê na petição do beneficiado, ao relatar que “no sertão do Rio Novo se achão terras devolutas sitas em hum córrego grande que desce pela Serra abaixo, junto a pedra chamada Babilônia, que deságua no dito Rio Novo [...]”. A propriedade, que se tornaria conhecida posteriormente como “Fazenda da Fortaleza de Rio Novo” e depois “Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna”, foi também formada por várias outras sesmarias e posses. De acordo com as delimitações estabelecidas pelas respectivas cartas, as terras onde se situam a “Pedra da Babilônia”, a “Pedra da Fortaleza” e a “Pedra dos Índios”, e, consecutivamente as cavernas da Babilônia I e II, encontravam-se na antiga sesmaria do Alferes José Pereira de Souza, que se tornaria pouco depois à fazenda de propriedade de Maximiano José Pereira de Souza. Nestas terras se construiu a sede da Fazenda da

Fortaleza de Sant’Anna, assim como capela, engenho, senzalas e, se desenvolveram diversas atividades econômicas ao longo dos mais de dois séculos.

Em documentos diversos de 1815 aparecem a denominação “Fortaleza de Rio Novo”. Em torno de 1830 seu proprietário era Maximiano José Pereira de Souza, mas até 1842 não contamos com muitas informações sobre a fazenda, apenas que nesta data teria sido adquirida pela Dona Maria José de Sant’Anna, viúva de Mariano José Ferreira Armond, a matriarca da Família Ferreira Lage, importante politicamente e grande impulsionadora do progresso de Juiz de Fora. Posteriormente Mariano Procópio Ferreira Lage foi quem deu continuidade à obra de seu pai, estendendo a Estrada União e Indústria de Juiz de Fora a Rio Novo, para atender a produção de café de sua propriedade.

O nome da fazenda teria sido alterado para Fortaleza de Sant’Anna devido à devoção e ao culto à Santa Anna, introduzido no local por Maria José de Sant’Anna após a compra das terras e a anexação de diversas partes ocorridas entre 1842 e 1855. É nessa época, a partir da chamada “Lei de Terras” de 1850, que novamente a propriedade emerge da documentação histórica. Em 1855, Mariano Procópio Ferreira Lage, como procurador de sua mãe Maria José de Sant’Anna, registra que a Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna compõe-se de várias posses e sesmarias dentre as quais “da Sesmaria que pertencera ao Tenente Coronel Maximiano José Pereira de Souza, de terras encostadas a Serra da Babilônia [...] e com várias posses compradas a Manoel da Costa em cima da Serra da Babilônia e por trás da Pedra da Fortaleza”. Nos anos seguintes podemos verificar que as terras da fazenda já estavam ocupadas e eram cultivados o café e a cana, com a larga utilização da mão de obra escrava (GUIMARÃES, 2001).

Sabe-se que a Fazenda em questão se manteve como propriedade da baronesa de Sant’Anna, até 1870, com sua morte e a abertura de seu inventário. Foram habilitados como herdeiros da propriedade, a filha Baronesa do Pitangui e Mariano Procópio Ferreira Lage, com respectivos cônjuges. No entanto, com a morte prematura de Mariano em 1872, sua parte foi herdada pelos seus filhos Frederico e Alfredo Ferreira Lage (ROSA, 2001). No início do século XX seria adquirida em hasta pública por Candido Teixeira Tostes, sucedendo-o os filhos Sebastião Tostes e João de Rezende Tostes, Dr. Layr Tostes e consecutivamente os herdeiros destes. Em 2010, a propriedade foi declarada improdutiva pelo INCRA e atualmente apresenta ocupação pelo MST, que pleiteia a implantação de um assentamento de famílias pelo processo de reforma agrária.

## VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS REGIONAIS E A ARQUEOLOGIA IMPERIAL

A descoberta dos vestígios arqueológicos na Serra da Babilônia produziu um grande número de diferentes narrativas, muitas vezes contraditórias e outras representativas de cosmologias locais. Visando reconstituir a linha dos acontecimentos referentes à descoberta e pesquisas realizadas em torno destes

vestígios, promovemos aqui a reunião de alguns fatos, com base em fontes documentais, que possibilitem conhecer melhor os vestígios encontrados e em quais condições foram encontrados.

Informações sobre as cavernas retrocedem até por volta de 1871, quando teriam sido identificados os restos humanos em uma das cavernas na Serra da Babilônia. Contudo antes disso, três cavernas teriam sido localizadas por caçadores, em um mesmo maciço rochoso (ARAÚJO, 1951) e visitadas pelo Sr. Antunes, então administrador da fazenda (HARTT, 1875). Antes disso parece que as cavernas não eram conhecidas, já que em 1865 a expedição de Agassis (incluindo Hartt) e em 1869 o Conde de Gobineau, acompanhado de D. Pedro II, visitaram a propriedade, mas não citam a caverna em seus relatos.

Se estas cavernas encontradas pelos caçadores eram as mesmas em que foi feito o achado posteriormente, os primeiros visitantes não teriam identificados os vestígios arqueológicos. Estes só vieram a ser identificados com a visita de Manuel Basílio de Furtado, que já havia pesquisado um abrigo com sepultamentos próximo as cabeceiras do rio Itapemirim (Gruta do Castelo – Espírito Santo). Assim, movido por sua experiência anterior, este naturalista local, promoveu uma inspeção nas cavernas encontrando vestígios humanos apenas na inferior que também é a maior, concluindo neste período que se tratava de um “cemitério indígena” (HARTT, 1875).

Foi Basílio de Furtado, correspondente do Museu Nacional, quem promoveu as primeiras escavações visando à retirada de esqueletos, corpos mumificados e seus acompanhamentos funerários. Várias teriam sido as incursões do naturalista acompanhado pelo conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Rozendo Muniz, promovendo a remoção dos vestígios que iam sendo localizados. Diogo Velho, genro e inventariante da matriarca Baronesa de Sant’Anna, era um homem de formação erudita e enciclopédica e de grande prestígio junto ao Imperador, tendo sido presidente de diversas províncias, deputado, ministro, membro de liceus e institutos, como o Instituto Histórico da Bahia, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Instituto Arqueológico de Pernambuco e Museu Nacional.

A convite de Diogo Velho, Ladislau de Mello Netto, então diretor do Museu Nacional, montou uma equipe para realizar uma incursão a caverna (HARTT, 1875). Esta equipe foi composta por Charles Frederick Hartt, naturalista que dirigiu a Comissão Geológica do Império; Auguste François Marie Glaziou, Diretor do Passeio Público do Rio de Janeiro e botânico; Claude Henri Gorceix que neste período fundava a Escola de Minas no Brasil, e um assistente do Museu Nacional. Essa equipe foi muito importante para a sistematização dos dados sobre o achado e a conservação das informações por meio de uma rica publicação.

Vemos, portanto, que as atividades neste sítio arqueológico contaram com importantes personalidades inseridas nos primórdios da arqueologia em nosso país, para alguns autores 1870-1910 é o período que marca início da arqueologia nacional (BARRETO, 1999-2000; PROUS, 1992).

Como vemos a descoberta na serra da Babilônia se deu no momento em que se iniciava a efervescência da arqueologia nacional. Os pesquisadores que voltaram sua atenção para os vestígios

encontrados estavam atentos as problemáticas arqueológicas mais modernas para a época. Pela documentação levantada vários dos artefatos encontrados foram enviados ao exterior a pesquisadores de renome internacional como Jean Louis Armande de Quatrefages de Breau, um dos pais fundadores da antropologia craniométrica, e grande adversário de Darwin, e Rudolf Virchow, um dos mais famosos cientistas europeus do século XIX e criador do Museu de Antropologia de Berlim. Provavelmente a grande repercussão de tal descoberta e o número significativo de informações preservadas se deve ao fato de ter tomado parte neste período de efervescência científica, e tendo o respaldo de tão importantes personalidades.

### INTERVENÇÕES E ESTUDOS MODERNOS

Apesar da grande relevância que tiveram os vestígios encontrados, somente um conjunto formado por três corpos mumificados e parte de seus acompanhamentos funerários resistiram à passagem do tempo e permanecem conservados e identificados até hoje em exposição no Museu Nacional. Consta dos autos da instituição que tal conjunto teria sido doado em 1875 ao imperador D. Pedro II pela baronesa D. Maria José de Sant'Anna. Porém, no período da doação a baronesa já era falecida, assim como Mariano Procópio, e a doação foi feita como menção honrosa à baronesa, que tinha grande prestígio junto ao Império. Pelo artigo de Hartt (1875) sabemos que outros despojos humanos foram encontrados, assim como muitos outros acompanhamentos funerários. Para algumas peças há informação da saída do país para compor as coleções de importantes cientistas internacionais, mas restam dúvidas para onde teriam ido cinco vasilhames cerâmicos que faziam parte dos conjuntos funerários.

Os vestígios que se encontram no Museu Nacional foram submetidos no início da década de 1980 a um estudo interdisciplinar com resultados publicados por Beltrão e Lima (1986). O estudo contemplou as análises de um indivíduo adulto, feminino, que teria morrido com aproximadamente 25 anos, e duas crianças, uma recém-nascida e outra com aproximadamente um ano e os vestígios depositados no Museu foram submetidos a exames radiológicos, morfológicos e parasitológicos, além de ter sido realizada datação absoluta por C14. Além disso, foram feitas escavações em duas das cavernas da serra da Babilônia.

Apesar de terem sido escavadas sistematicamente significativas áreas dentro de duas das cavernas não foi possível a localização de nenhum vestígio arqueológico, apenas ossos e vestígios de fauna cavernícola (BELTRÃO e LIMA, 1986, p. 12-13). Independentemente dos resultados negativos das escavações as análises laboratoriais dos vestígios da coleção possibilitaram conclusões reveladoras sobre as múmias.

Já com os primeiros exames ficou claro se tratavam de corpos mumificados naturalmente, com datação absoluta  $600 \pm 80$  AP, realizada no *Centre des Faibles Radioactivités de Gif sur Yvette* (idem, ibidem, p. 25). Portanto, demonstrando que se trata de um conjunto pré-colombiano.

Na pesquisa antropológica realizada por Ribeiro (*idem, ibidem*, p. 22), foram analisados os restos de tecelagem e cordaria associados à múmia na coleção do Museu. As conclusões das análises apontam para uma técnica de tecelagem atualmente empregada pelo grupo indígena Maxakali, resultado interessante já que a área onde foi encontrada a múmia seria compatível, “até certo ponto”, com a área habitada historicamente pelo grupo. Mas, a autora não exclui a possibilidade dos vestígios poderem ter sido produzidos por grupos Kamakã ou Makuni.

Ainda se procedeu a um exame radiológico que demonstrou claramente o estado de conservação dos corpos, além de revelar um singelo adorno no tornozelo do recém-nascido, que aparentemente seria composto por peças cilíndricas relativamente densas. Ficou claro ainda que o processo de mumificação de todos os corpos examinados foi natural, provavelmente por desidratação dos tecidos devido ao microclima do interior da caverna.

Das questões e hipóteses suscitadas durante os trabalhos modernos, tanto de escavação quanto de análise no material em exposição, alguma permaneceram sem respostas. Podemos mencionar de acordo com Beltrão e Lima (1986, p. 35) o fato de não ter sido possível confirmar de qual das cavernas seria oriundo o conjunto arqueológico, já que nas escavações empreendidas nenhum vestígio pôde ser encontrado em ambas as cavernas. No texto as autoras mencionam o fato de se saber da existência de outro indivíduo que se deteriorou ao longo do tempo na exposição do Museu, e que “a sugestiva associação das crianças junto a mulher pode ter sido arranjada para atender apenas a interesses de ordem museológica, não tendo sido esta sua disposição original” (BELTRÃO e LIMA, 1986, p. 35). Acreditamos que o documento recém consultado, que a seguir apresentaremos, possa lançar luz nestas e em outras questões em aberto. Pois, como bem dito pelas autoras a pesquisa realizada não esgotou o tema estando em aberto para ser complementada com novas informações.

## RELATÓRIO DE 1875: INTERVENÇÕES E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Como dito anteriormente em janeiro de 1875 foi promovida uma expedição de pesquisadores do Museu Nacional, incluindo Charles Frederick Hartt. Este pesquisador chegou ao Brasil pela primeira vez como auxiliar de Louis Agassiz na famosa expedição Thayer em 1865 (inclusive visitam a Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna pela primeira vez, de acordo com os relatos de Agassiz e a documentação fotográfica existente). Posteriormente a convite de D. Pedro II, Hartt retornou ao país em 1874 para fundar a Comissão Geológica do Império.

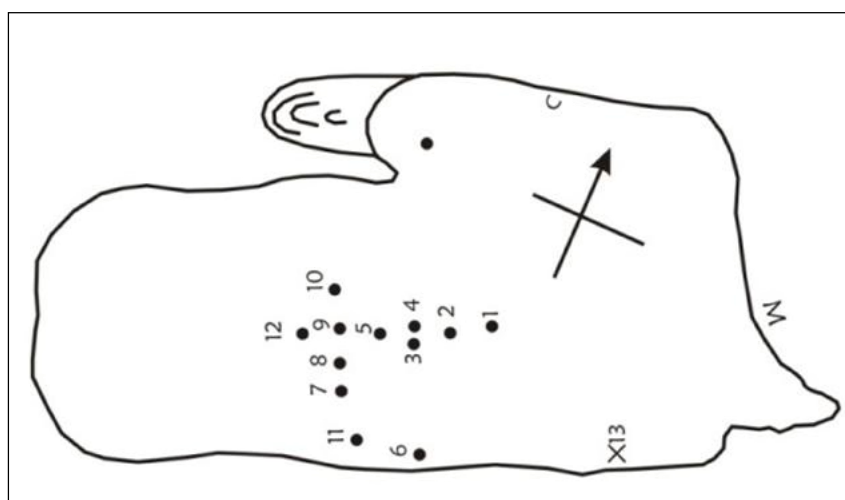
No período de sua atuação na Comissão Geológica este pesquisador participa da expedição organizada por Ladislau Netto a Fazenda Fortaleza de Sant’Anna. E publicou na revista "*Peabody Academy of Science*" o artigo intitulado "*The indian cemetery of the Gruta das Múmias, Southern Minas Geraes, Brazil*",



em abril de 1875. Apesar de este artigo constar das biografias de Hartt permaneceu sem ser utilizado nos trabalhos modernos sobre os conjuntos de vestígios depositados no Museu Nacional.

As informações contidas neste artigo de Hartt são esclarecedoras para diversos problemas de pesquisas referentes aos conjuntos funerários depositados na coleção do Museu Nacional, e importante para as pesquisas arqueológicas regionais. Assim resumizamos por meio da tabela 1 os principais pontos do artigo de Hartt.

Pelo que foi descrito por Hartt a caverna possibilitou o resgate dos restos mortuários de 14 indivíduos sendo 10 destes de crianças (FIGURA 01). Como acompanhamentos funerários haviam cinco urnas de cerâmica, todas contendo restos dos corpos de crianças, quatro cestos, duas redes e dois “bornais de caça”. São recorrentes ainda os corpos envolvidos em tecido vegetal, não ficando claro se são apenas folhas ou se são na verdade tecidos feitos a partir de fibras vegetais. Em diversos momentos se menciona feixes de palhas de palmeira amarados com um só nó, que parecem dispostos dentro dos cestos e bornais. Além de gravetos trabalhados, cascas de árvores fechando as urnas e isolando os corpos da terra e alguns tipos de sementes.



**Figura 01:** Croqui elaborado por Hartt da caverna da Babilônia com os vestígios plotados

(Fonte: *Peabody Academy of Science, 1875*)

Lendo o artigo de Hartt fica fácil entender porque a campanha arqueológica da década de 1980 não surtiu resultados positivos. Segundo Hartt, quando eles chegaram a caverna já havia sido intensamente trabalhada pelos interessados locais. Partindo ele próprio a buscar vestígios, primeiramente começou com prospecções aleatórias que não surtiram efeito, assim Hartt tomou a decisão de agir de forma sistemática, montando uma linha de 20 escravos para retirar durante dois dias toneladas de terra solta de considerável profundidade do interior da caverna partindo da entrada. Com este esforço, a expedição organizada por Ladislau Netto conseguiu resgatar os restos mortuários de uma criança enterrados no interior de uma urna,

e os corpos de uma pessoa jovem enrolada em uma rede com o corpo de uma pequena criança embrulhada em tecido vegetal e folhas de palmeira (este poderia ser o conjunto atualmente exposto no Museu Nacional).

Podemos perceber que a expedição teve na verdade contato apenas com os despojos funerários de três dos indivíduos e seus respectivos acompanhamentos. Todos os demais 11 enterramentos foram encontrados anteriormente a esta escavação “sistemática” da caverna pela equipe do Museu Nacional. O próprio Hartt diz que descreveu os demais achados apenas porque Ladislau Netto permitiu que ele os examinasse já no Museu Nacional.

Ainda segundo o relatório, foi uma preocupação de Hartt verificar a presença de artefatos que indicassem se a caverna havia sido ou não utilizada como moradia ou apenas cemitério. Pois, afirmou ter percorrido a caverna cuidadosamente, procurando em toda parte por objetos de pedra, fogueiras etc., mas não encontrou sinais de que ela tenha sido alguma vez habitada, nem de que tenha sido um local muito frequentado. Se algum outro artefato passou despercebido daqueles que escavaram a caverna em 1874, este deve se encontrar abaixo da entrada da gruta, local mais provável do descarte do sedimento retirado durante a escavação. Isto se torna uma possibilidade ainda maior se levarmos em consideração que aparentemente os pesquisadores não permaneceram na caverna todo o tempo em que esta foi escavada, eles teriam ido apenas em alguns momentos, o grupo de escravos teria escavado na maior parte do tempo sob a supervisão do Sr. Antunes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas arqueológicas realizadas após a década de 1980 na microrregião de Juiz de Fora e entorno tem demonstrado (CORRÊA, 2009; OLIVEIRA, 2006a; KNEIP e CRANCIO, 1999-2000; LUFT, 1999) a existência de um quadro arqueológico até o momento constituído essencialmente por sítios relacionados a duas tradições arqueológicas. De um lado os sítios em abrigos, essencialmente de caráter funerário, que são normalmente relacionados a populações produtoras de cerâmica da tradição Una, associada a populações falantes de línguas Jê e sítios habitação relacionados às populações produtoras de cerâmica da subtradição Tupinambá (BROCHADO, 1984), relacionada a populações falantes de língua da família tupi-guarani. Cabendo deixar claro a existência de um terceiro componente relacionado a abrigos com pintura rupestre que ainda não pôde ser associado a outros vestígios arqueológicos regionais. Não há datação disponível para os sítios de pinturas, mas o quadro cronológico das ocorrências de enterramento em gruta e os sítios Tupi são concomitantes.

A concomitância temporal entre os vestígios arqueológicos associados a populações Tupi e Jê já foram tratadas por diversos autores (BROCHADO, 1984; PREZIA, 1997; PROUS, 1992) que concordam que

provavelmente em vastas áreas ocupadas pelas populações de línguas Jê poderíamos ter diversas porções ocupadas por falantes do Tupi que “produziram largos rombos sem destruir a trama” (PREZIA, 1997, p. 209). Sabemos ainda que os locais ocupados pelos Tupi, mesmo em áreas densamente ocupada nunca afetou totalmente uma região sempre estando limitadas a localidade que se verificavam condições ecológicas características (PROUS, 1992, p. 373), permitindo deste modo, que algumas áreas permanecessem com os grupos preexistentes nas regiões colonizadas. Deste modo, temos uma dinâmica de interação entre as populações que ocuparam a região, marcada por disputas e intercâmbios, e até mesmo prováveis casamentos interétnicos, como mencionado por Anchieta (*apud* PREZIA, 1997, p. 197).

Prezia (1997) aponta a Arqueologia como importante ferramenta para ajudar a resolver estes tipos de problemas sobre povoamento. Oliveira (2006b, p. 201) concorda que a Arqueologia poderá ajudar na compreensão do povoamento da Zona da Mata mineira, e sugere a necessidade de se realizarem estudos arqueológicos nas localidades indicadas como aldeias dos grupos Jê a fim de se verificar que tipo de cultura material esta associada a estas populações.

Aparentemente a caverna da Babilônia é um destes sítios com cultura material associada a tradição Una e portanto associados a falantes de línguas Jê. A semelhança dos vestígios materiais associados a tradição Una com o achado na Serra da Babilônia vai desde ao posicionamento do sítio, em maciço rochoso, sua classificação como de caráter funerário e as características dos vasilhames cerâmicos descritos por Hartt. O Programa Paraíba Mineiro, desenvolvido por Dias (1975) e o Projeto Arqueológico Puri-Coroado, desenvolvido por Luft (1999) identificaram para as regiões dos municípios de Visconde do Rio Branco e bacia do Muriaé (ambas áreas da Zona da Mata de Minas Gerais) vários abrigos contendo restos mortuários e cerâmicas semelhantes a descrita por Hartt para a caverna da Babilônia.

Deste modo percebemos que o conhecimento dos achados do século XIX pode contribuir para reforçar a presença de vestígios materiais diferenciados dos associados a população Tupinambá na microrregião de Juiz de Fora. Infelizmente as pesquisas levadas a cabo na década de 1980 na caverna não localizaram nenhum vestígio arqueológico, legando esta localidade a um esquecimento científico e não sendo até os dias de hoje registrado como sítio arqueológico. Concordamos com Morais (1999, p. 11) ao reunir as definições de sítio arqueológico e apresentar sítio arqueológico como “local de interesse arqueológico”. Eliminando a necessidade dos sítios arqueológicos apresentarem artefatos. O sítio arqueológico pode ser uma cascalheira ou um barreiro favorável a retirada de matérias-primas para produção de artefatos, portanto, os sítios deixam de ser vistos isoladamente para serem vistos dentro de um sistema. Um local não perde a importância arqueológica porque todos os artefatos foram retirados, continua sendo importante no entendimento dos processos humanos desenvolvidos regionalmente. Entendemos que o fato da caverna da Babilônia não contar com artefatos atualmente visíveis não a descaracteriza como um “local de interesse arqueológico” e, portanto, como sítio. Os vestígios encontrados no século XIX e sua

posição no espaço contribuem para o entendimento dos processos de povoamento pré-colonial da microrregião de Juiz de Fora.

Temos ainda que considerar que os sítios em abrigos e cavernas associados à tradição Una são entendidos como sítios apenas funerários, não se caracterizando em áreas de habitação, o que parece corresponder ao achado na serra da Babilônia. A presença de abrigos funerários indicaria que nas proximidades deste tipo de sítio existiriam sítios habitação. Este fato torna necessário um estudo sistemático das ocorrências arqueológicas no entorno destes abrigos visando encontrar sítios habitação que possam ser associados a cultura material destes abrigos. Somente após um estudo detalhado da cultura material presentes em ambas as classes de sítios é que se poderá ter maior conhecimento sobre a dinâmica de povoamento da região.

Além de sua importância científica e como acontecimento histórico que projetou os municípios aos quais esteve relacionado, o conjunto de mumificações da caverna da Babilônia que se encontra no Museu Nacional é, para a comunidade local e regional, um importante bem cultural ligado à identidade local. Isto pode ser percebido no fato de ter motivado a criação de lendas e narrativas folclóricas nesta comunidade, sobre as quais já foram desenvolvidas pesquisas orais (COLOMBO, 2005), que objetivaram verificar a permanência do conteúdo histórico nestas narrativas. Essa pesquisa revelou inclusive o caráter lendário etiológico da narrativa conhecida como “lenda da índia suicida”, motivada e associada pela cultura popular ao achado arqueológico do século XIX. O estudo concluiu que a narrativa folclórica pode ser enquadrada como um conto fantástico, muito embora tenham sido incorporados e preservados aspectos histórico-sociais daquela comunidade (*idem*).

Podemos registrar que apesar de toda dificuldade de se estabelecer medidas de proteção dos bens arqueológicos a importância deste acervo foi reconhecida pelo poder público municipal, através da Prefeitura Municipal de Goianá, por meio de ações normativas definidas em sua política municipal de proteção do patrimônio cultural. O conjunto arqueológico originário da caverna da Babilônia, hoje em exposição no Museu Nacional no Rio de Janeiro, foi tombado como Patrimônio Cultural do Município de Goianá, através do Decreto 017 de 27 de março de 2002, com a anuência da entidade guardiã do acervo, que em parceria com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC - emite anualmente laudos de estado de conservação do conjunto arqueológico. Com essa parceria o município recebe recursos públicos como ICMS cultural, pelas suas ações de proteção ao patrimônio o que permite, inclusive desenvolver outros trabalhos de pesquisa, preservação e publicações sobre o tema.

Vemos como de grande relevância este achado no século XIX e a preservação das informações sobre ele. Pois, além de se tratar de um elemento já valorizado pela população local, contém informações que contribuem com questões arqueológicas atuais sobre o povoamento regional.

**TABELAS**

Nº Croqui	Restos Humanos	Acompanhamento funerário
1	Corpo de uma criança	Enterrada em pequeno cesto de tecido, sobreposto por pedaços de casca de árvore.
2	Corpo de mulher e criança	Sem descrição dos acompanhamentos
3	Esqueleto	Enrolado em tecido vegetal
4	Esqueleto de um homem	Enrolado com duas camadas, uma em tecido vegetal e outra inferior de palha de palmeira
5	Ossos de uma criança	Enterrada em vaso cerâmico oval, de argila misturada a areia grossa e queima incompleta. O vaso parecia <i>ter sido feito sobre molde</i> , com superfície interna levemente áspera, com marcas de instrumento utilizado para o alisamento, sem vestígio de tinta, verniz ou decoração. Foram encontradas sementes de <i>Annona</i> e folhas de palmeira <i>Geonoma pinnatifida</i> .
6	Restos de uma criança	Envolvidos em rede de fibras de palmeira <i>Astrocaryum tucum</i> , com fragmentos de grandes folhas presas sob a rede e palha de palmeira nas laterais. Sobre o sepulcro havia gravetos, tudo recoberto por terra e pedras.
7, 8, 9, 10	Ossos de crianças	Quatro pequenas <i>igaçabas</i> ovais enterradas de pé, fechadas por pedaços de casca de jequitibá ajustado a boca. Na parte externa as urnas estavam recobertas por <i>espécie de cesto de tecido vegetal feito de Embaúba tinga</i> , ao qual estava preso cordão que poderia ter sido utilizado como alça. Sobre a urna nº8 havia um pequeno cesto feito de cipó tinga, preso a sua abertura uma corda como alça. No interior do cesto havia pequenos feixes de palha de palmeira. Do lado desta urna havia <i>um feixe de cinco bastões, presos em cada ponta por um pedaço de cipó todos afiados em uma das extremidades e chatos e polidos na oposta</i> . Ao lado da urna nº9 havia um <i>bornal de caça</i> , feito de forma aberta com fio de fibra de palmeira, tendo alça comprida. Continha pequenos feixes de palha de palmeira como no cesto da nº8. A urna nº10 possuía forma oval com grande abertura e <i>sem nenhuma borda</i> tendo a superfície externa <i>bem trabalhada, mostrando, porém, marcas rudes e longas da ferramenta de acabamento</i> . Sem sinais de ornamentos nem verniz. Para Hartt as quatro urnas foram enterradas juntas, pois estavam separas por pequenos bastões. Na superfície próxima as urnas foi encontrado o corpo de uma criança provavelmente embrulhado em tecido vegetal.
11	Corpos mumificados de uma mulher e um recém-nascido (conjunto exposto no Museu Nacional)	Ambos os corpos estavam embrulhados na mesma rede. O recém-nascido foi encontrado ao lado esquerdo do corpo da mulher embrulhado em uma <i>trouxa</i> de tecido vegetal que estava amarado com uma corda <i>que passava pelos dedos da mão direita da mulher</i> . No braço esquerdo da criança havia <i>um tipo de faixa e numa das pernas há um cordão feito com seções bastante largas de um osso oco</i> . <i>Sob o pacote formado pelos dois corpos, foram depositadas lado a lado algumas lascas largas de casca de árvore e um cesto emborcado, cheio de pequenos feixes de palha de palmeira, cada um com um nó. Sobre este foram depositadas lado a lado lascas de casca de árvore, como aquelas embaixo dos corpos, estando o conjunto coberto por terra. No mesmo sepulcro foi encontrado um bornal semelhante àquele já descrito, mas em mau estado de conservação</i> .
12	Restos de uma pequena criança	Enterrados a pouca profundidade embrulhado em faixas de tecido vegetal, recoberto por fora com <i>palha de palmeira frouxa amarrada em alguns pequenos feixes como aqueles encontrados nos cestos e no bornal</i> . O corpo estava depositado sobre uma pedra plana e sobre ele estavam lado a lado quatro pedaços de casca de árvore.

**Tabela 01** Sumarizando os vestígios encontrados na caverna da Babilônia e descritos por Hartt

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Silviano. *Anuário da gazeta*. Rio Novo: Typografia da Gazeta, 1951.
- Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários. Nº 475 de Maria José de Sant'Anna.
- Arquivo Público Mineiro. Livro de registro de terras de Santo Antônio do Paraibuna (1850 – 1860). Reg. Nº 1.339.
- Arquivo Público Mineiro. Seção colonial (Cartas de sesmarias diversas).
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*. São Paulo: Editora da USP, n. 44, p. 32-51, 1999-2000.
- BELTRÃO, Maria; LIMA, Tânia Andrade. Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. *Revista de Arqueologia*. Belem: Museu Emílio Goeld, Vol.3 (1), n. 30 IV, p. 3-39, 1986.
- BROCHADO, José. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. 1984. 574 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Urbana: University of Illinois, 1984.
- CAMBRAIA, Ricardo; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 6, p. 137-150, 1988.
- COLOMBO, André Vieira. Oralidade x historicidade: Contribuição da literatura oral para a pesquisa histórica em uma comunidade oitocentista. *Anais do VI Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Tetama nas Matas Mineiras: sítios Tupi na microrregião de Juiz de Fora – MG*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2009.
- DIAS, Ondemar. Pesquisas arqueológicas no Sudeste Brasileiro. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, Série Especial n. 1, 1975.
- DIAS, Ondemar; CARVALHO, Eliana. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro. *Pesquisas*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 31, v. 47, 1980.
- FERREIRA, Lúcio. “Um bando de ideias novas” na Arqueologia (1870-1877). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.11, p. 21-33, 2001.
- FERREIRA, Lúcio. *Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- GIOVANINI, Rafael; MATOS, Ralfo Edmundo. Geohistória Econômica da Zona da Mata Mineira. *XI Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004
- GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves (org.). *Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

- HARTT, Charles Frederick. The indian cemetery of the Gruta das Múmias, Southern Minas Geraes, Brazil. *The American Naturalist*. Salem, MA: Peabody Academy of Science, n.IX, vol. 09, p. 205-217, 1875.
- KNEIP, Lina; CRANCIO, Filomena. O sítio cerâmico da fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. *Revista de Arqueologia*. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, n.12-13, p. 93-101, 1999-2000.
- LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação*. Juiz de Fora: UFJF, 1985.
- LUFT, Vlademir J. *Da História a Pré-História: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto rio Pomba (o caso da serra da Piedade)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1ª ed, 1973.
- MORAIS, J.L. *Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese (Livre Docência). São Paulo, USP, 1999
- OLIVEIRA, Ana Paula. Desenvolvimento, resultados, avaliação e desdobramentos: seis anos do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. In: OLIVEIRA, Ana Paula. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, p. 25-40, 2006a.
- OLIVEIRA, Ana Paula. Ruptura, continuidade e simultaneidade cultura: algumas considerações a respeito da diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata mineira no período pré-colonial. In: OLIVEIRA, Ana Paula. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, 2006b.
- PREZIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista: etnômios e grupos indígenas nos relatos dos viajantes, cronistas e missionários dos séculos XVI e XVII*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 1997.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 605p, 1992.
- BRASIL, RADAM. Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Levantamento de recursos naturais. Geologia, geomorfologia, vegetação, e uso do potencial da terra. *Projeto RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral. Vol. 32, 1983.
- RODRIGUES, André Figueiredo. Os Sertões Proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.23, n. 46, p. 253-270, 2003.
- ROSA, Rita de Cássia Vianna. *Em terras nobres: Fragmentos do cotidiano da Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna sob a ótica de um inventário post-mortem - Juiz de Fora – 1870/1888*. Monografia (Especialização). Juiz de Fora: UFJF, 2001.

Recebido em: 02/01/2014  
Aprovado em: 08/02/2014  
Publicado em: 15/03/2014